

Superior Tribunal de Justiça

EDcl na RECLAMAÇÃO Nº 38.750 - MG (2019/0251863-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : BANCO VOLVO (BRASIL) S/A
ADVOGADOS : PAULO ARMANDO CAETANO DE OLIVEIRA - PR012628
WILSON KREDENS DA PAZ - PR068147
RICHARDT ANDRÉ ALBRECHT E OUTRO(S) - PR053186
EMBARGADO : TRANS DIVINA TRANSPORTES EIRELI
ADVOGADOS : MÁRCIO ADRIANO GOMES DE OLIVEIRA - MG070726
DIEGO AUGUSTO MARTINS DE LIMA - MG143218
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE BETIM - MG

DECISÃO

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. opõe embargos de declaração contra decisão de fls. 35/37 (e-STJ) que deferiu pedido de liminar para suspender do feito nº 5014224- 70.2019.8.13.0027, que se processa no Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Betim - MG.

Naquela oportunidade, esclareceu-se que não cabe qualquer outra providência além do sobrestamento do feito em referência no Juízo ora reclamado, a fim de evitar o seu encerramento precipitado.

Determinou-se, então, que o Juízo Mineiro prestasse as informações solicitadas no Conflito de Competência nº 167.687/PR e aguardasse o seu julgamento final.

Sob o pretexto de decisão contraditória, o embargante defende que o sobrestamento do feito nº 5014224-70.2019.8.13.0027, que se processa no Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Betim - MG, acarretaria a manutenção do bem apreendido com a instituição financeira ora recorrente.

Encontrando-se o bem atualmente na posse do devedor, este deveria ser intimado para restituir o bem, ou na sua impossibilidade, deveria ser desentranhado o mandado de busca e apreensão para nova apreensão do bem alienado fiduciariamente.

Impugnação foi juntada às fls. 44/47 (e-STJ) e manifestação às fls. 48/50 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Os presentes embargos acabaram prejudicados.

No Conflito de Competência nº 167.687/PR foi proferida decisão final (datada de 14/8/2019) determinando que o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE BETIM - MG, nos autos do requerimento nº 5014224-70.2019.8.13.0027, dê fiel cumprimento à decisão liminar proferida pelo JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL E DA FAZENDA

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA DE PINHAIS - PR, consoante entendimento pacificado no julgamento do REsp nº 1.418.593/MS.

Nesse contexto, ficam prejudicados os presentes embargos de declaração, perdendo o objeto até mesmo a própria reclamação.

Ante o exposto, julgo prejudicados os embargos de declaração e a reclamação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

